

# Professora, por que preciso usar camisinha e outros animais não?

Simone Gomes Firmino

**Resumo:** O presente trabalho, enquanto um relato docente, surge da experiência com o projeto de pesquisa intitulado “A relação entre Educação, Saúde e Direitos humanos: a realidade brasileira sobre a sexualidade humana e o direito à saúde nos contextos social, escolar e familiar”. O questionamento orientador, o qual dá título ao trabalho, surgiu em um contexto de sala de aula e deu origem ao projeto de pesquisa supracitado. A experiência proveniente do questionamento citado, proporcionou uma ampla reflexão sobre os próprios conceitos da Biologia, isto é, originou uma outra racionalidade, na qual foi possível conceber o conhecimento científico da Biologia como não determinista. Conseqüentemente, vale ressaltar que quando a escola nega a diversidade de corpos, sexualidades e gêneros ela nega a oportunidade de construirmos uma realidade mais equânime.

**Palavras-chave:** Sala de aula, diversidade, biologia.

## A sala de aula como contexto para a diversidade

São tantas situações que acontecem em sala de aula, as quais extrapolam o conteúdo, sendo quase impossível explorar e descrever todas elas. As demandas são maiores no que se refere à formação social de crianças e adolescentes, do que a própria demanda pelo conteúdo. Digo isso por experiência própria, pois tenho observado nos últimos dez anos em que estive em sala de aula, que os estudantes da Educação Básica, sobretudo da rede pública de ensino, trazem consigo parte significativa de seu contexto social e que isto influencia na formação escolar. O contexto da sala de aula é tão dinâmico que por vezes professores e estudantes se perdem em meio a tantas demandas de cunho extracurricular que surgem no dia a dia das escolas. No entanto, o que pude observar também ao longo de minha experiência em sala de aula é que o corpo pedagógico, especialmente, a gestão pedagógica e professores/as, incorrem no erro quando tratam os problemas pessoais, isto é, a vida íntima dos estudantes, como sendo o principal fator para o fracasso escolar. Os conflitos pessoais dos estudantes vão surgir na escola, pois estes correspondem à idade escolar, ou seja, estamos em constante transição em nosso desenvolvimento cognitivo, afetivo e motivacional, justamente nessa idade de transição em que passamos muito tempo de nossas vidas dentro de escolas.

É de suma importância destacar que um dos principais aspectos que embasam as mudanças no processo de desenvolvimento do nosso pensamento e conduta, é o desenvolvimento das funções psíquicas superiores na idade de transição. Esse desenvolvimento denota claramente as leis fundamentais que definem os processos de desenvolvimento do sistema nervoso, assim como da conduta. Nesse sentido, podemos compreender que a idade de transição é, sem dúvida, essencial para a formação dos sujeitos, no que se refere à construção das estruturas do pensamento, da linguagem e da aprendizagem (VIGOTSKI, 2009).

Portanto, os conflitos pessoais, o comportamento, o amadurecimento sexual, a conduta etc. não são os principais fatores que impedem ou limitam o desenvolvimento intelectual, assim como, não são responsáveis diretos pelo fracasso escolar. As relações sociais estabelecidas em meio a todo esse contexto social e de formação escolar é que são mais contundentes no que abrange o sucesso ou fracasso escolar e pessoal dos sujeitos. Com efeito, quando falamos em desenvolvimento intelectual, falamos também em aprendizagem, isto é, um processo que permite ao indivíduo interagir com o meio que o cerca. Somos seres dotados da capacidade de apreensão

e transformação desse meio. A realidade é interpretável e, ao mesmo tempo que damos sentido à essa realidade, damos sentido também à nossa própria existência dentro dela. Os processos de mediação pelos quais passamos no decorrer de nossa constituição como sujeitos, nos proporcionam abstrair e conhecer os conceitos atribuídos à realidade (VIGOTSKI, 1996).

Desse modo, compreender que a diversidade de corpos, sexualidades e gêneros fazem parte do contexto social e, especialmente, do contexto escolar, pode nos proporcionar enquanto professores e professoras uma atuação mais centrada nos sujeitos e suas potencialidades, ou seja, em suas materialidades. A diversidade é uma realidade. Não podemos negá-la baseando-nos em nossas ideologias, crenças e moralidades. Tomemos como exemplo a diversidade de sexualidades; quando a negamos em sala de aula, estamos usurpando o direito dos sujeitos de serem o que são, de se expressarem, de viverem sua integridade física e emocional. E o pior, reforçamos uma normatividade que foi construída historicamente em bases segregatórias, preconceituosas e cruéis. E é este tipo de relação social que se configura como danosa para o desenvolvimento e a formação social e escolar dos sujeitos. Certa ocasião, aproveitando o exemplo anterior, em um conselho de classe em que professores e gestão pedagógica enunciavam questões sobre aproveitamento e desempenho escolar de determinada turma, presenciei algumas falas de professores que denotam o exposto aqui. A negação da sexualidade dos estudantes em pauta na reunião pedagógica ficou evidente, quando um dos professores insinuou que o “problema” escolar de determinada estudante era seu namoro com outra estudante. A insinuação teve o aval de outros professores, e o que restou foi a consternação de uma minoria discordante.

Mencionei o exemplo do conselho de classe pois este se configura como balizador de concepções moralistas e preconceituosas sobre a atuação em sala de aula e, sobretudo, às relações estabelecidas entre professores e estudantes. A sala de aula é um contexto em que a diversidade não pode, em hipótese alguma, ser negada, silenciada ou subjugada. A experiência que adquiri ao longo do tempo, me proporcionou compreender a sala de aula como uma opção promissora para repensar, criticar, refletir e dialogar sobre a diversidade de corpos, sexualidades e gêneros, e, especialmente, sobre as relações sociais envolvidas no processo de formação social e escolar. Mesmo sabendo, que essa mesma escola (sala de aula), também produz diferenças, distinções e desigualdades, devemos sempre buscar a superação dessa construção escolar das diferenças, traçando assim, novos olhares para uma realidade escolar objetiva, contemporânea e sadia (LOURO, 2014).

## Das dúvidas ao conhecimento prévio e científico

O presente trabalho, enquanto um relato docente, surge da experiência com o projeto de pesquisa intitulado “A relação entre Educação, Saúde e Direitos humanos: a realidade brasileira sobre a sexualidade humana e o direito à saúde nos contextos social, escolar e familiar”, desenvolvido em escolas dos municípios de Ceres e Rialma, Goiás. O projeto em questão foi desenvolvido por mim enquanto coordenadora docente, dois estudantes bolsistas e um estudante voluntário. É salutar destacar que este projeto deu origem a vários trabalhos, cursos e palestras, mas para este relato docente o foco será na experiência vivenciada em sala de aula com o questionamento que deu origem tanto ao projeto citado quanto ao movimento para construção de novos conhecimentos.

O questionamento orientador, o qual dá título ao trabalho, surgiu em um contexto de sala de aula e deu origem ao projeto de pesquisa supracitado. Portanto, não poderia deixar de demarcar a importância desse questionamento e suas implicações históricas e teóricas, do ponto de vista do conhecimento científico das Ciências Biológicas, uma vez que, tal questionamento insere um mote tão oportuno para se discutir em sala de aula os processos naturais da reprodução humana e, sobretudo, sobre sexualidades, corpos, gêneros e a diversidade como um todo. Inicialmente, duas situações foram discutidas: na primeira, o estudante que fez a pergunta apresentou o conhecimento prévio de que os seres humanos são animais; e a segunda, que ele considerou a camisinha como algo importante, no entanto, não sabendo, de fato, o porquê de ter que usá-la. No momento do questionamento, outras dúvidas advindas de vários outros colegas de classe foram surgindo, ampliando ainda mais a discussão. Entre muitas dúvidas em formato de questões, bastante relevantes por sinal, destaco uma que contribuiu para a construção de uma sequência lógica conceitual sobre o assunto: **“professora, se um homem fizer sexo com uma égua, e ele estiver contaminado com alguma doença, como por exemplo, a AIDS, ele vai passar a doença para o animal?”** Somente na tentativa de responder a estes dois questionamentos foi possível introduzir todo o conteúdo sobre reprodução e, se não estou enganada foram, aproximadamente, seis aulas relacionando o conteúdo a estas duas questões. Mesmo com toda a relevância deste questionamento e por motivo de adequação ao espaço, me atarei apenas ao questionamento que dá nome ao presente trabalho.

Nesse contexto de discussões, o conhecimento científico é essencial, pois a sala de aula na configuração da escola enquanto instituição social

se torna responsável por produzir diálogo e reflexões sobre os conceitos científicos. Portanto, é necessário que a escola trabalhe a sexualidade e a diversidade embasadas em conceitos científicos das Ciências e da Biologia. Contudo, não é somente nas aulas de Ciências e Biologia que há espaço para discutir diversidade, sexualidade, questões de gênero etc. as outras áreas do conhecimento também devem inserir tais diálogos, reflexões e discussões em seus cronogramas. Quando a escola se nega ou tem dificuldades para se capacitar para atender a esta demanda, ou melhor, responsabilidade, ela acaba por reforçar a ideia e a percepção comum de que a diversidade de corpos, de sexualidades e de gêneros não fazem parte do conhecimento humano. Gerando assim, a normatização de preconceitos e lançando a problemática em nível de meras informações sem o devido aprofundamento científico (EGYPTO, 2012).

Quando um estudante faz um questionamento como este: **Professora, por que preciso usar camisinha e outros animais não?** Não dá para simplesmente desconsiderar ou responder de forma vaga, sem trazê-lo para dentro do conteúdo em questão. Evidentemente, compreendo que deva ser assim, mas a realidade é outra. Ainda não temos uma formação docente que atenda essas demandas, portanto, nos contentamos com as atuações pontuais e individuais para garantir o mínimo de abordagem dessa temática nas escolas. Nesse sentido, o papel da escola deve ser o de transformar e modificar as bases epistemológicas e sociais dos sujeitos formados cidadãos; porém, a escola de hoje são os cidadãos que não foram assim formados, o que impede que esses cidadãos formem futuros cidadãos transformadores. Contudo, podemos tentar mudar essa realidade, intensificando trabalhos voltados a esta temática reforçando que a orientação sexual, a sexualidade e incluso aqui também a diversidade, é, antes de tudo, um direito à saúde, garantido por lei, como descreve o artigo 196 da Constituição Federal brasileira (LOURO, 2014).

A experiência proveniente dos dois questionamentos citados, proporcionou uma ampla reflexão sobre os próprios conceitos da Biologia, isto é, originou uma outra racionalidade, na qual foi possível conceber o conhecimento científico da Biologia como não determinista. Mesmo que seja um prelúdio, essa nova racionalidade possibilitou expandir a compreensão de uma materialidade na abordagem da problemática em sala de aula. Assim, a realidade concreta da existência da diversidade de corpos, sexualidades e gêneros se firmou como epicentro dos processos de ensino e aprendizagem. Um dos primeiros conceitos a ser trabalhado e discutido após o questionamento sobre o uso da camisinha, foi o de gênero. Ao perguntar para os

estudantes – Somente o homem pode e deve usar camisinha? – As respostas foram praticamente em coro – Sim! – Dessa forma, foi possível introduzir o conceito de gênero e suas implicações biológicas e sociais. Perceber que a maioria da turma desconhecia o preservativo feminino não foi mais alarmante do que o fato de que a mesma maioria não compreendia a razão de ser do uso do preservativo. Outra observação importante foi o embaraçamento de informações, totalmente compreensível, sobre o conceito de gênero quando lancei a pergunta – Qual a diferença entre sexo e gênero? – foi literalmente um alvoroço de significações e sentidos.

É sempre considerável entender de onde falamos, pois em uma turma de primeiro ano do Ensino Médio em que os estudantes estão passando por processos de transição, no sentido biológico e social, as dúvidas são continuamente advindas de conflitos pessoais e das relações de seus contextos sociais. Porém, a eficácia dessa discussão se mostrou no interesse despendido pelos estudantes, que ao findar das aulas me seguiam até a sala dos professores fazendo mais perguntas e buscando entender um pouco mais sobre o conceito trabalhado em sala de aula. Incontáveis as vezes que pediam aulas extras sobre essa temática/conteúdo. Ao trazer o conceito de gênero, havia previamente feito leituras mais atualizadas sobre tal conceito, uma vez que, o campo de pesquisa sobre o tema é dinâmico e requer um cuidado extra para não recairmos nos conteúdos deterministas. Com efeito, busquei transpor didaticamente em sala de aula o entendimento sobre a distinção entre sexo e gênero que a filósofa estadunidense Judith Butler enseja:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. [...] Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2016, p. 26).

Baseado nessa premissa tinha as condições necessárias para construir o entendimento de que o sexo biológico não determina o gênero, uma vez que este é construído culturalmente. A seqüência lógica conceitual delineada foi

também a tentativa de desconstruir a ideia determinista de que para o sexo biológico existem APENAS duas determinações sexuais cromossômicas, XX ou XY, nos mamíferos, e especificamente, nos seres humanos; complementando então com os conceitos de células sexuais e somáticas, reprodução humana, fecundação, hermafroditismo (não verdadeiro em mamíferos), trissomia do cromossomo X, entre outros conceitos. Outra abordagem necessária que fora feita na ocasião e que merece destaque aqui é o fator social na construção de mentalidades e entendimentos sobre o sexo e a sexualidade na sociedade humana. Como foi construído ao longo do tempo o entendimento sobre o ato sexual, suas implicações biológicas e sociais e a obscuridade sobre a sexualidade humana, fizeram parte das contextualizações feitas à luz dos conceitos científicos citados entre outros.

Podemos pensar que o discurso sobre sexo foi sendo modificado, de acordo com o surgimento de novas gerações e com novas expectativas sobre o sexo. No entanto, podemos considerar que ao passar do tempo, contrariamente a uma transformação positiva, houve uma expurgação bastante rigorosa dos discursos e do vocabulário autorizado. A chamada decência doutrinária originou diversos filtros para as palavras relacionadas ao sexo, o que acabou por reprimir as enunciações em locais, situações, determinados locutores (mulheres, por exemplo), relações sociais etc. culminando assim, em um silêncio absoluto em específicas regiões e situações sociais, como, por exemplo, o diálogo entre pais e filhos e educadores e alunos (FOUCAULT, 1988).

O silêncio doutrinário dos discursos sobre o sexo, está associado ao fator religioso que ao longo das gerações foi transformando a sexualidade humana e, todas as suas atribuições, em questões marginalizadas, uma vez que, a influência da Igreja enquanto instituição de poder, imputava a cultura da confissão e da purificação social. Nesse sentido, podemos relacionar esta asserção à realidade brasileira atual, no que se refere à Educação sexual como um todo, pois ao mesmo tempo que avançamos (criminalização da homofobia, por exemplo) também retrocedemos, vide o retorno de onda conservadora de extrema direita que limita e impede novos avanços. E essa situação de avanço e retrocesso se insere numa homérica relação de poder, que sempre imputou às chamadas minorias um lugar à margem da sociedade padrão. Dentro do contexto histórico das relações sociais estabelecidas numa abordagem educativa, temos que os próprios processos educativos não conseguem desconstruir as diferenças consolidadas por um sistema cruel de relações de poder. Isso significa que a escola tem dificuldades para romper sistematicamente com essas padronizações incrustadas na

consciência coletiva e acaba por apenas reproduzir, o mote de relações, sejam sociais ou de poder, que a sociedade em geral consolida (LOURO, 2014).

A curiosidade e o interesse dos estudantes sempre devem nos motivar e nos levar a questionarmos, o porquê da dificuldade da abordagem sobre essa temática nos vários contextos da sociedade. Atualmente, a gama de denominações e conceituações sobre vários elementos da sexualidade humana nos dá condições para discutir e problematizar a materialidade da diversidade de sexualidades, de gêneros e de corpos, e isso deve ser encarado como um avanço. Contudo, as normativas conservadoras impostas às escolas, ainda levam ao engessamento dos currículos, os quais atendem apenas a padrões pré-estabelecidos e setores privilegiados da sociedade. Discussões sobre essa temática em geral, até então são vistos como tabus dentro de instituições escolares, familiares e sociais. Portanto, a essa realidade somam-se fatores histórico-culturais que nos permitem relacioná-los aos diversos discursos sobre sexo ao longo dos séculos.

## **Considerando a experiência em sala de aula**

Considerando a experiência vivenciada em sala de aula foi possível perceber o quanto é necessária a abordagem sobre a diversidade de sexualidades, corpos e gênero nos conteúdos de Biologia. O questionamento orientador deste trabalho foi tão fecundo que gerou e continuará originando mais reflexões e diálogos sobre a temática. A oportunidade de aprender junto aos estudantes também foi um fator essencial para a transformação de uma nova racionalidade sobre os conceitos científicos da Biologia, isto é, abrir espaços para novas maneiras de pensar o mundo e os conhecimentos produzidos. Nesse sentido, considero ainda que através dessa experiência se faz promissora a tentativa de sempre desconstruir os determinismos presentes no conteúdo de Biologia, sem deixar de considerar a historicidade e a cientificidade dos conceitos.

A dificuldade de abordar essa temática em sala de aula para alguns professores e professoras é compreensível ao levarmos em consideração nosso processo de formação social, no entanto, ela não deve ser definitiva. O silenciamento e a negação da diversidade de sexualidades, gêneros e corpos podem ser superados dentro das salas de aula e do contexto escolar. Essa diversidade é inerente aos seres humanos, à cultura humana e deve estar presente nos conhecimentos científicos, não apenas da Biologia ou das Ciências, mas em todos os conhecimentos produzidos pela e para a sociedade humana. O sexo, a reprodução, a sexualidade etc. é uma atribuição

natural da formação social e identitária dos sujeitos e os fatores históricos, culturais e sociais devem ser levados em consideração nessa formação social. Portanto, não é demais repetir que, a escola tem como função social fazer parte dessa formação de identidades tendo como dever educar para a diversidade.

Vale ressaltar que quando a escola nega a diversidade de corpos, sexualidades e gêneros ela nega, conseqüentemente, a oportunidade de construirmos uma realidade mais equânime. A realidade da sala de aula observada (não apenas desta, mas em todas), trouxe a percepção da dinamicidade da diversidade, em ambos os aspectos, biológico e social. Portanto, estão presentes nesse recorte da realidade, corpos, sexualidades e gêneros que materializam a diversidade sob esses aspectos biológicos e sociais. Realidade esta que extrapola à sala de aula e caracteriza materialmente a sociedade humana.

Hoje, tenho certeza de que estou trabalhando os conceitos da Biologia com a real construção do conhecimento, e essa experiência docente certamente está sendo aproveitada por mim em outras áreas da minha vida. Aprendi que na sala de aula não existem perguntas “idiotas” sempre que relacionadas ao conteúdo, mas sim respostas ou silêncios que se configuram como tolos e inférteis perante dúvidas e questionamentos que podem abrir e construir novas racionalidades.

## Referências

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 12ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016. p. 26.

EGYPTO, A. C. (Org.). Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. 2ª ed. – São Paulo; Editora WMF-Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. Obras escogidas IV. Psicologia infantil: incluye paidalogia del adolescente, problemas de la psicologia infantil. Aprendizage Visor S.A, 1996.